



Of. Circ. 029/2017

Butiá, 12 de setembro de 2017.

Senhor Presidente:

Em atenção a Moção de Repúdio nº 018/2017, aprovada por esta Casa Legislativa na data de 11 de setembro de 2017, encaminhamos em anexo cópia da referida Moção, com o intuito de difundir o sentimento de revolta pelo corte do orçamento federal de 2018, o que ocasionará o “fim” do SUAS, importante mecanismo na luta pelo fim das desigualdades sociais no Brasil.

Solicitamos especial atenção nesse pleito e aguardamos retorno de nossa solicitação.

Colocamo-nos à sua inteira disposição, e reiteramos que as portas desta Casa Legislativa estarão abertas às suas solicitações.

Na oportunidade, ratificamos nosso desejo de trabalharmos, JUNTOS, para construirmos um MUNDO MELHOR para TODOS.

Atenciosamente,

Ver. ELISEU ANDRIN
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 610 – Fone: 3652-1780 - www.butia.rs.leg.br

À
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BUTIÁ/RS

Os Vereadores deste Poder Legislativo, abaixo subscritos, veem, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno, apresentar a seguinte,

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 018/2017

CONSIDERANDO o anúncio feito em 6 de Setembro de 2017, pela Secretaria Nacional, Sra. Maria do Carmo Brant Carvalho, na reunião **da Comissão Inter gestores Tripartite-CIT**, que manifestou sua preocupação com o fim do SUAS, haja vista, o corte do orçamento previsto para 2018;

CONSIDERANDO que o SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS, tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira que visa a luta em favor do direito do povo;

CONSIDERANDO ainda, que o Sistema Único organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social, sendo a primeira relacionada a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e a segunda que visa a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos;

Desta forma, **RESSALTAMOS** que acabar com o SUAS representa um retrocesso no país, tendo como consequências o aumento nos índices de famílias em situação de risco, crianças abandonadas, além de não colaborar com a retirada de pessoas de situações de violência, afetando, mais uma vez, a população mais pobre e necessitada que sofrerá por ser descartada de forma vergonhosa do orçamento do país;

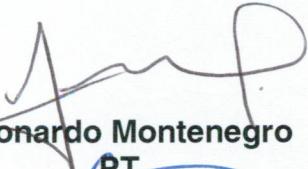
Eliseu Andrin
Presidente

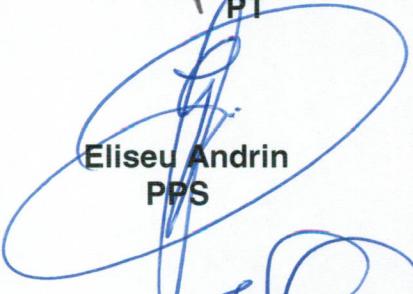


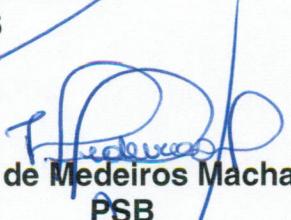
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 610 – Fone: 3652-1780 - www.butia.rs.leg.br

PROPOMOS MOÇÃO DE REPÚDIO à retirada do SUAS do orçamento de 2018, o que representa o “FIM” desse benefício assistencial, estimulando que o país seja cada vez mais desigual, tratando as questões sociais sem a devida relevância;

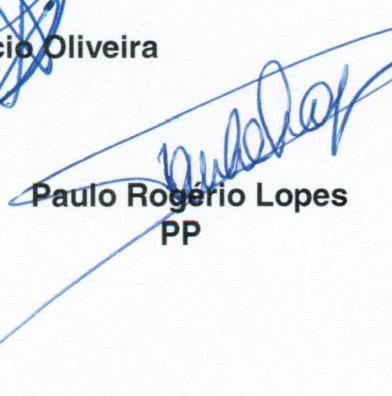
Sala das Sessões, 11 de setembro de 2017.


Leonardo Montenegro
PT


Eliseu Andrin
PPS

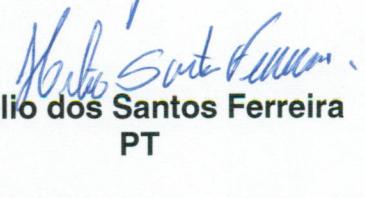

Taila M. de Medeiros Machado
PSB


Leandro Felicio Oliveira
PR


Paulo Rogerio Lopes
PP


Maurício Roni de Souza Pereira
PDT


Luiz Alberto Peres da Silva Filho
PT


Hélio dos Santos Ferreira
PT


Joel Maraschin
PMDB

*Recarim
M. Soffia 09/17
Eliseu Andrin
Presidente*



MOÇÃO DE REPÚDIO

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 2.654/2011, vem a público se posicionar contrário a proposta do Governo Temer e do Ministério de Desenvolvimento Social onde anunciou o fim do SUAS considerando o orçamento previsto para 2018, na reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT realizada em 6 de setembro de 2017 em Brasília DF.

A política social do Governo atual é cada vez mais evidente na opção por um Estado penal para a população mais pobre. Neste contexto, o sistema de proteção social brasileiro, composto pelo tripé da Seguridade Social (previdência social, saúde e assistência social) e demais direitos sociais e humanos, está sendo destruído mais rápido do que se imaginava, o que, certamente, aprofundará a desigualdade e o aumento da pobreza, da fome e de outras violações de direitos.

Com o Programa Criança Feliz, acompanhado de ações “voluntaristas”, descontínuas e pontuais, em detrimento do Sistema Único de Assistência Social e políticas específicas de defesa promoção de direitos humanos mostra o quanto esse governo tenta mascarar o descaso com a população mais pobre e com direitos violados no Brasil.

Nossa ação deve ser em defesa do que vem sendo construído coletivamente através de um processo de afirmação da primazia do Estado e nacionalização do direito à assistência social restando a nós representantes dos gestores, trabalhadores e usuários da política de Assistência Social intensificar as lutas a favor dos efeitos de uma política de austeridade que sustenta os interesses do capital e destrói as conquistas e direitos tendo em vista o conjunto de conquistas nos 15 anos de Suas.

Mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil Centros de Referência de Assistência Social; mais de 70 mil pessoas acolhidas e protegidas por uma rede estatal e complementada por organizações de assistência social; milhares de pessoas atendidas diariamente podem ficar sem proteção. Mais de 4,4 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, sendo 2,4 pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas; mais de 13 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, estão com seus direitos ameaçados.

Comprometidos em defender o Suas, nos resta reagir e articular forças políticas intensificando a defesa do modelo descentralizado e participativo, da democracia participativa no Suas, combater as contrarreformas em curso. Resta aos trabalhadores, gestores e à população usuária, insurgir, com apoio e presença das organizações que defendem direitos, diante do trágico desmonte dos direitos e serviços públicos.

Butiá, 11 de setembro de 2017.

Leonardo Machado Souza
Vice Presidente do CMAS

SET 7 2017

NA FESTA DA INDEPENDÊNCIA: O ANÚNCIO DO FIM DO SUAS

Por Jucimeri Isolda Silveira



A reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT realizada ontem, dia 6 de setembro de 2017 em Brasília DF, será histórica no processo de destruição dos direitos socioassistenciais no país. Em plena véspera da festa da independência, o Pacto Social firmado na Constituição Federal de 1988, com partilha de responsabilidades dos entes federados para a garantia da dignidade humana, foi colocado em risco. E isto se reflete, e continuará se refletindo, em toda a rede de serviços,

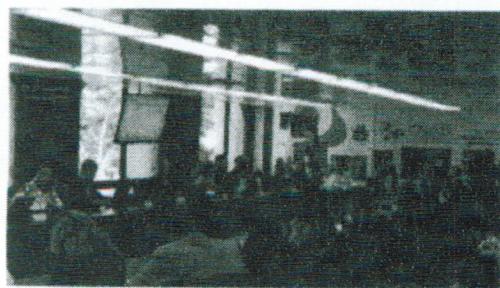
programas, projetos e benefícios das políticas sociais orientadas por princípios democráticos, especialmente a universalidade e a integralidade da proteção social.

É cada vez mais evidente a opção por um Estado penal para a população mais pobre e gerencial para atender os interesses do mercado e de grupos econômicos que colonizaram o Estado. Neste contexto, o sistema de proteção social brasileiro, composto pelo tripé da Seguridade Social (previdência social, saúde e assistência social) e demais direitos sociais e humanos, está sendo destruído mais rápido do que se imaginava, o que, certamente, aprofundará a desigualdade e o aumento da pobreza, da fome e de outras violações de direitos.

A política social do Governo Temer é menor que mínima, nada republicana e irrelevante de qualquer ponto de vista de análise: o Programa Criança Feliz, acompanhado de ações “voluntaristas”, descontínuas e pontuais, em detrimento do Sistema Único de Assistência Social e políticas específicas de defesa promoção de direitos humanos.

O congelamento da expansão de recursos o corte orçamentário já está comprometendo a manutenção do que vem sendo implantado desde 2004. O orçamento do governo federal na área da Assistência Social para 2018 em nada traduz o SUAS e é expressão do descaso com a população mais pobre e com direitos violados no Brasil.

A Secretaria Nacional Maria do Carmo Brant Carvalho, na reunião da Comissão Intergestores Tripartite CIT de ontem (06/09/2017), pressagiou o presente para o dia da Independência do Brasil: anunciou o fim do Suas, considerando o orçamento previsto: será o fim do SUAS se nada for feito, se não reagimos coletivamente. A Secretaria convocou os representantes das instâncias a pressionarem o Legislativo e “recompor o orçamento” numa clara inversão de responsabilidades! O próprio governo não consegue articular, defender e definir recursos para manter o que existe. É muito grave, é desesperador, é aviltante com o povo brasileiro!!



Mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos mais de 8 mil Centros de Referência de Assistência Social; mais de 70 mil pessoas acolhidas e protegidas por uma rede estatal e complementada por organizações de assistência social; milhares de pessoas atendidas diariamente podem ficar sem proteção. Mais de 4,4 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, sendo 2,4 pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas; mais de 13 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, estão com seus direitos ameaçados.

O atraso na execução financeira chega a 1 bilhão e 300 milhões, visto que os repasses aos municípios e estados estão em atraso com parcelas de 2016 e 2017.

O orçamento, relativo à manutenção do que existe e para o pagamento do que está em atraso, deveria ser próximo de 3 bilhões para 2018.